



## **Circunlóquio da Palavra**

**Jean Pierre Chauvin**

Doutor em Letras pela Universidade de São Paulo (USP). Professor de Cultura e Literatura brasileira na Escola de Comunicação e Artes da Universidade de São Paulo (ECA/USP).  
Contato com autor: [tupiano@usp.br](mailto:tupiano@usp.br)

**Resumo:** Neste ensaio, propõe-se acerca-se da Palavra, considerando algumas de suas variadas acepções. Recorrendo a reflexões de Roland Barthes e Michel Foucault, discutem-se circunstâncias que envolvem a concepção de mundo e sua representação, tanto na literatura quanto no discurso cotidiano.

**Palavras-Chave:** Palavra. Estruturalismo. Literatura. Filosofia. História.

**Abstract: Circumlocution of the word:** In this essay, one intends to approach to the Word, considering some of its various acceptations. By using the Roland Barthes' and Michel Foucault's reflections, one discusses some circumstances concerning to the conception of world and its representation, both in the literature and in the quotidian speech.

**Keywords:** Word. Structuralism. Literature. Philosophy. History.



“Quando o homem já não fala, ele é falado” (Jacques Lacan).<sup>1</sup>

## 1. Representação

*Ave, palavra* nomeia uma célebre obra póstuma de João Guimarães Rosa, palmilhada por múltiplas modalidades de escrita, a resvalar entre o circunlóquio e o erudito. Graças ao título, o livro<sup>2</sup> – que antes de tudo é objeto, forma, exemplar, volume na prateleira – alcança, instantâneo, o estatuto de coisa elevada, sublime, sagrada. Uma espécie de item guarda-palavra, a balouçar entre a verdade possível (verossimilhança) e a relativa objetividade do que se figura (representação), em forma de pensamento, prosa e verso.

Em uma crônica de 1961<sup>3</sup>, Rosa descreve a construção da morada de barro de um sabiá. Com o título dado ao texto, ele converte o que era sufixo, “inho” (de passarinho), em substantivo do mínimo ao máximo, protagonizado por “Uns Inhos” a atuar feito “Engenheiros”:

O ninho – que erguem – é néxil, pléxil, difícil. Já de segredo o começaram: com um bicadinho de barro, a lama mais doce, a mais terna. De barro, dos lados, à vária vez, ajuntam outros arrebiques. À muita fábrica, que se forma de ticos, estilhas, gravetos, em curtas proporções; e argueiros, crinas, cabelos, fibrilas de musgos, e hábeis ciscos, discernidas lãs, painas – por estofo (ROSA, 1970, p. 47).

Engenho, engenharia. Em Guimarães Rosa, a palavra plaina para além dos sentidos ordinários, como se o autor estivesse a exercitá-la numa dimensão peculiar, entre o natural e o artifício, a estabelecer paralelos entre o homem e o bicho, o cálculo e o espontâneo. Semântica, sintática e estilisticamente, o cronista tem dicção própria e seu texto – de apenas três páginas – evoca a fala de Riobaldo, o narrador de *Grande Sertão: Veredas*, a recontar os pequenos grandes feitos no sertão.

---

1 *O mito individual do neurótico*, 2008, p. 53.

2 *Ave, Palavra* resultou da “[...] colaboração de vinte anos, descontínua e esporádica, em jornais e revistas brasileiros, durante o período de 1947 a 1967” (RÓNAI, 1970, p. I).

3 “Uns Inhos Engenheiros” saiu no jornal *O Globo*, em 4 de fevereiro de 1961. No livro, a crônica ocupa as páginas 46 a 49.



Fora ou dentro da ficção, a palavra é produto histórico. Muito antes de preencher tratados, bulas papais, sermões, cartas, receitas, poemas e discursos, ela era transposição de imagens: carregava a similitude do pictórico, inscrito em cavernas. Traduzindo fonética e simbolicamente desenhos em paredes, ela se consubstanciou em grafia, representação, som, memória.

Compreendido como substantivo de uso comum, um mesmo termo pode ser aumentado ou diminuído, como sugeriu o poeta Manoel de Barros: “Desinventar objetos. O pente, por exemplo./Dar ao pente funções de não pentear” (BARROS, 2010, p. 300). As afirmativas fecundam; as negativas também. Facultam-nos trilhar incertas, como se fossem veredas do avesso: o recomeço pelo fim. “Desfuncionalizar”, “desautomatizar” a palavra é preciso.

Também havia a narradora de Clarice Lispector a desejar a fixidez do “instante-já”, a apreensão do “it”, o essencial, o “quê” inominável. O escrito a conferir maior substância, porventura capaz de fixar o abstrato e o efêmero – malgrado a forte suspeita inoculada pela narradora de que a palavra nomeia o imediato, mas não o reproduz, retém ou contém. Palavra, tempo e matéria: “Quero como poder pegar com a mão a palavra. A palavra é objeto?” (LISPECTOR, 1976, p. 11).

Recuemos ao século XIX. Durante o Segundo Império brasileiro, um autor de notável talento – habituado à interlocução com o seu público cativo – reservava seções do que escrevia em folhetins ou seções avulsas, para discorrer sobre o ofício de escritor. Vestindo a *persona* de cronista, Joaquim Maria Machado de Assis salientava a ambivalência das palavras, numa dicção aproximada daquela de seus narradores: “E repare o leitor como a língua portuguesa é engenhosa. Um contador de histórias é justamente o contrário de um historiador, não sendo um historiador, afinal de contas, mais do que um contador de histórias”.<sup>4</sup>

Avancemos. Sob outras circunstâncias, a palavra reivindica novo papel, na direção contrária ao uso e ao pensamento corrente. No romance *Todos os nomes*, de José Saramago, o protagonista – um humilde auxiliar de escrita da Conservatória de Registos Cíveis, também chamado José – descobre que “Em rigor, não tomamos decisões, são as decisões que nos tomam a nós” (SARAMAGO, 2003, p. 42). Ousadia de um homem apequenado e sensível, diante da frase feita, que enlva o discurso previsível de sujeitos pretensamente intocáveis. Em meio a digressões do narrador e do protagonista, a reflexão suspende o juízo dos homens cílios por manter todas as coisas e pessoas sob controle.

Voláteis, certos termos não se conformam a formulários de papelaria; escapam às células das planilhas orçamentárias; não se restringem à lista de compras, tampouco às conversas no elevador. Por vezes traduzem a fala de sujeitos aparentemente plenos de si mesmos, ainda que vazios dos outros. Em

---

4 Crônica publicada em 15 de março de 1877.



meio à burla e à ordem, a palavra é intervenção calcada tanto em preceitos quanto em desregramentos, como se constata na fala do sertanejo cabralino: lenta, recheada de intervalos e aliterações:

Daí porque o sertanejo fala pouco:  
as palavras de pedra ulceram a boca  
e no idioma pedra se fala doloroso;  
o natural desse idioma fala à força.  
Daí também porque ele fala devagar:  
tem de pegar as palavras com cuidado,  
confeitá-las na língua, rebuçá-las;  
pois toma tempo todo esse trabalho  
(MELO NETO, 1999, p. 336).

## 2. Ordem

Em sua origem, o termo “palavra” remonta ao grego, *parabolē* – que passou para o latim, *parabola* – muito antes de Cristo. O vocábulo acumula mais de um sentido em língua portuguesa, pelo menos desde o século XIII, como sugere Antônio Geraldo da Cunha<sup>5</sup>.

Semanticamente é que o reino da palavra mais se espraia, ainda mais quando contempla a palestra, a fala, a escrita e o discurso. Daí as múltiplas ações que o palavrório traduz: tecer bravatas, dar lavratura, expedir alvará, propor a lei, dispor alíneas, organizar a pauta, reproduzir a piada preaquecida, inserir fórmulas desgastadas, reduzir o todo pela sigla, comparar rótulos de legumes e xampus, bulas de remédios e vitamínicos. Saberes quaisquer.

Em acordo com o momento, o tom e a intenção com que é proferida, a palavra pode se somar a outros dispositivos, mais ou menos eficazes, de interdição. Michel Foucault sabia que ela não é neutra, mas elemento sistêmico que indicia lugar e pertencimento sociocultural. A palavra leva em conta a idade (fato), mas também índices de difícil mensuração, como sabedoria, precedência, aval, autoridade.

---

<sup>5</sup> *Dicionário etimológico da língua portuguesa*, 2010, p. 470.



Nas ocasiões em que uma palavra enfrenta a outra, entra em cena tanto o conselho tenaz dos mais experientes (“é para o seu bem”), quanto a censura prévia e programática dos mais poderosos (“não me venha com ideologia”). É por isso que, no embate entre os signos<sup>6</sup>, frequentemente é o falante que se torna objeto de discussão, e não aquilo de que ele trata.<sup>7</sup>

A partir da década de 1950, avolumaram-se as reflexões em torno da linguagem, quase sempre combinadas à cultura do indivíduo, ao seu papel institucional e o seu lugar na estrutura social. Peter Burke resgatou uma relevante pesquisa a respeito dos diferentes registros da fala, àquela altura:

Estudando a linguagem dos alunos de algumas escolas em Londres na década de 1950, Bernstein distinguiu duas variedades principais (ou, como ele as chamou, “códigos”), a “elaborada” e a “restrita”. O código restrito emprega expressões concretas e deixa significados implícitos, para serem inferidos com base no contexto. Em contrapartida, o código elaborado é abstrato, explícito e “independente de contexto”. Bernstein explicou o contraste em termos de dois estilos diferentes de educação infantil, associados a dois tipos de família e duas classes sociais. Em sentido amplo, o código elaborado pertence à classe média e o código restrito à classe operária (BURKE, 1995, p. 25).

A palavra se inscreve no sistema linguístico como elemento constitutivo da linguagem – sistema socializado de signos (BENVENISTE *apud* VANOYE, 2001). Como tal, a palavra nomeia, preside, classifica e dita as regras a que a ela própria está sujeita: “[...] o discurso está na ordem das leis” (FOUCAULT, 2009a, p. 7). Roland Barthes propunha duas formas de conceber e utilizar a linguagem, conforme a adesão ou aversão ao poder, por parte do usuário:

Há linguagens que se enunciam, se desenvolvem, se marcam sob a luz (ou sombra) do Poder, dos seus múltiplos aparelhos estatais, institucionais, ideológicos; chamá-las-ei de linguagens ou discursos *enocráticos*. E, no outro lado, há linguagens que se elaboram, se buscam, se armam fora do Poder e/ou contra ele; chamá-las-ei de linguagens ou discurso *acráticos*. [...] A linguagem *enocrática* é vaga, difusa, aparentemente “natural”, e conseqüentemente pouco reconhecível: é a linguagem da cultura de massa (grande imprensa, rádio, televisão) e é também, em certo sentido, a linguagem da conversação, da opinião corrente (da *dóxa*); toda essa linguagem *enocrática* é ao mesmo tempo (contradição que lhe dá força) *clandestina* (não se pode facilmente reconhecê-la) e *triumfante* (não se pode escapar dela); direi que ela é

6 “Sabe-se que toda mensagem (e a obra literária é uma delas) compreende pelo menos um plano da expressão, ou plano dos significantes, e um plano do conteúdo, ou plano dos significados; a junção desses dois planos forma o signo (ou o conjunto dos signos)” (BARTHES, 2012, p. 141).

7 Em manual que parodia a linguagem dos tratados, Arthur Schopenhauer (2009) assinalava que o *argumentum ad hominem* não tem a mesma qualidade do *argumentum ad rem*. Lembrete que é oportuno registrar, em tempos de comunicação fragmentária e argumentos sem consistência.



*pegajenta*. A linguagem *acrática*, esta é separada, cortante, destacada da *dóxa* (é, portanto, *paradoxal*); sua força de ruptura provém de ser ela sistemática, é construída sobre um pensamento, não sobre uma ideologia (BARTHES, 2012, p. 135 – grifos do autor).

Consideremos a palavra “produto”, por exemplo. Para os matemáticos, ela implica o resultado de uma operação aritmética. Entretanto, especialmente a partir da década de 1990, o termo grassou no mundo acadêmico, contaminando a universidade com os pressupostos da linguagem mercadológica.

Atualmente, um dos critérios para aferir o desempenho, a qualidade e o impacto do que o pesquisador realiza está na sua capacidade de apresentar produtos (o que quer que isso signifique), quase sempre a partir de um tema específico – com o que deturpa seus métodos de trabalho e fatia reflexões mais densas em achados microscópicos.<sup>8</sup>

Nesse contexto, o “produzir” deixou de ser uma ação espontânea para constituir-se em ato compulsório, e pior, índice a diferenciar uns e outros no pior sentido da competição. O discurso produtivista assemelha-se a um pilar de isopor em que reina a falácia da abnegação premiada, escorada na suposta objetividade da meritocracia. Em lugar de estimular a solidariedade dos colegas de ofício e malefício, a produtividade redundante no discurso voltado para si, em que pouca importa a existência do outro, menos ainda o teor daquilo que (também) produz.

### 3. Poder

Para um iluminista pós-revolucionário, a palavra assumia feição de saber e emancipação. Foi necessário que dois séculos e meio transcorressem para que Theodor Adorno e Max Horkheimer relativizassem a tese dos enciclopedistas franceses de que o conhecimento liberta: “O preço que os homens pagam pelo aumento de seu poder é a alienação daquilo sobre o que exercem o poder. O esclarecimento comporta-se com as coisas como o ditador se comporta com os homens” (ADORNO & HORKHEIMER, 1985, p. 21).

Os pensadores da Escola de Frankfurt mostraram que não se pode ser livre, sob a tutela de um grupo de pensadores – fossem eles autores da *Enciclopédia*, fossem sujeitos que se autoproclamassem

---

<sup>8</sup> “Há termos críticos, até jocosos, que designam esta ordem de questões éticas diante do fenômeno de proliferação na literatura científica. Alguns mais conhecidos, como ‘ciência-salame’: uma pesquisa é fatiada em unidades menores publicáveis para se tornarem vários artigos distribuídos em diferentes revistas. Outros menos comuns como ‘publicacionismo’ e ‘produtivite’ começam a ser utilizados para designar tal quadro” (CASTIEL *et al*, 2007, p. 3042).



líderes. Seu discurso era feito em nome do povo, suposto rebanho em busca da direção provida pelos esclarecidos.

Na síntese de Michel Foucault, “[...] o que os intelectuais descobriram recentemente é que as massas não necessitam deles para saber; elas sabem perfeitamente, claramente, muito melhor do que eles; e elas o dizem muito bem. Mas existe um sistema de poder que barra, proíbe, invalida esse discurso esse saber” (2009b, p. 71).

De um modo ou de outro, o fato é que a posição do intelectual é ambígua e sujeita-se a controvérsias. Roland Barthes bem o notou: “Alguns esperam de nós, intelectuais, que nos agitemos a todo momento contra o Poder; mas nossa verdadeira guerra está alhures: ela é contra os poderes, e não é um combate fácil: pois, plural no espaço social, o poder é, simetricamente, perpétuo no tempo histórico” (BARTHES, 2007, p. 11-12).

Como argumentar contra o poder, quando se está atrelado a ele? A literatura pode representar, de modo verossímil, os usuais diálogos entre chefes e subordinados em que o superior hierárquico humilha e desacredita o funcionário que tem à sua mesa:

Nesse caso, deixe de pensamentos metafísicos para que a sua cabeça não me parece ter nascido, vá lá pôr o verbete no lugar, e durma em paz, É o que espero fazer, como todas noites, o tom da resposta foi conciliador, mas o Sr. José ainda tinha alguma coisa a acrescentar, Quanto aos pensamentos metafísicos, meu caro senhor, permita-me que lhe diga que qualquer cabeça é capaz de os produzir, o que muitas vezes não consegue é encontrar as palavras” (SARAMAGO, 2003, p. 39).

Para além da ficção. Sob o cetro do rei, da mitra papal ou da toga ilustrada – Estado absolutista, Fé exclusiva, Lei implacável – a palavra foi (e continua a ser) símbolo de poder. Implica sujeição real, conformidade moral, obediência legal, submissão. Tendo a coroa, a igreja<sup>9</sup> e o tribunal o desígnio, o dogma e a prescrição como corolário de seus ditos e práticas, o discurso pretende justificar-se por meio de ordenações, fórmulas ajustadas ao *caput*, à emenda e ao artigo.

Há que se apontar, também, para o papel que a palavra restrita assume, quando concebida dogmaticamente: “A doutrina liga os indivíduos a certos tipos de enunciação e lhes proíbe, conseqüentemente, todos os outros; mas ela se serve, em contrapartida, de certos tipos de enunciação

---

9 Em seu notável estudo *Os dois corpos do rei*, Ernst Kantorowicz demonstrou que a expressão “corpo místico” acumulou diversas acepções entre a Idade Média e a Era Moderna, desde o sentido específico de “hóstia consagrada” à “aliança” teológico-política entre a Igreja e a Realeza: “A comparação do Estado com um *corpus mysticum* tinha raízes profundas na França. Coincidia com o misticismo da realeza francesa, que alcançou seu primeiro surto no tempo de Carlos V e depois, e ao mesmo tempo contrabalançava o misticismo real por um misticismo dos estados” (KANTOROWICZ, 1998, p. 139).



para ligar indivíduos entre si e diferenciá-los, por isso mesmo, de todos os outros” (FOUCAULT, 2009a, p. 43).

Em determinados contextos, a palavra prevalece como signo doutrinário: una, imutável, inquestionável, porque reproduzida e concebida como faculdade teoricamente inspirada por Deus, sob a outorga de seus lídimos representantes na Terra. Com frequência se ouve o termo *palavra* como metonímia das Escrituras, grafada no singular: “como ousa questionar a palavra sagrada”? Responde a literatura:

Apenas um minuto, ou nem tanto, repousou José sobre o corpo de Maria. Enquanto ela puxava para baixo a túnica e se cobria com o lençol, tapando depois a cara com o antebraço, ele, de pé no meio da casa, de mãos levantadas, olhando o tecto, pronunciou aquela sobre todas terrível bênção, aos homens reservada, Louvado sejas tu, Senhor, nosso Deus, rei do universo, por não me teres feito mulher. Ora, a estas alturas, Deus já nem no pátio devia estar, pois não tremeram as paredes da casa, não desabaram, nem a terra se abriu. Apenas, pela primeira vez, se ouviu Maria, e humildemente dizia, como de mulheres se espera que seja sempre a voz, Louvado sejas tu, Senhor, que me fizeste conforme a tua vontade, ora, entre estas palavras e as outras, conhecidas e aclamadas, não há diferença nenhuma, repare-se, Eis a escrava do Senhor, faça-se em mim segundo a tua palavra, está patente que quem disse isto podia, afinal, ter dito aquilo. Depois, a mulher do carpinteiro José levantou-se da esteira, enrolou-a juntamente com a do marido e dobrou o lençol comum (SARAMAGO, 2005, p. 19).

Sob determinadas circunstâncias, a palavra reafirma a diferença entres uns e outros, resvalando na valoração arbitrária de um termo tomado como natural, óbvio e positivo, em contraposição ao seu antônimo. A questão é sabidamente complexa e envolve tomada de posição, como mostra Marilena Chauí:

Quem é o competente? Em nossas sociedades, é aquele que possui um saber determinado, institucionalmente reconhecido, graças ao qual pode não só falar e agir pelos outros, mas ainda, e sobretudo, excluir outros do direito de ser sujeitos de seus discursos e de suas ações. Quem é o incompetente? Em nossas sociedades, é aquele que foi expropriado de sua condição de sujeito e convertido em objeto do saber e da prática dos competentes. Sob a auréola da neutralidade e da objetividade dos conhecimentos técnico-científicos, a competência é um poderoso elemento ideológico para justificar (ocultando) o exercício da dominação (CHAUI, 2014, p. 113).

Quando ocorre graças à imposição, a legitimação do discurso emprega métodos violentos e nem sempre palpáveis. O fato é que “Onde há poder, ele se exerce. Ninguém é, propriamente falando,





seu titular; e, no entanto, ele sempre se exerce em determinada direção, com uns de um lado e outros do outro; não se sabe ao certo quem o detém; mas se sabe quem não o possui” (FOUCAULT, 2009b, p. 75).

Por exemplo, no Brasil, durante a transição do Império para a Regência, os periódicos da época dedicavam grande atenção ao léxico vigente, com o objetivo de desqualificar o emprego de certas palavras em sociedade. O historiador Arnaldo Daraya Contier realizou um estudo pioneiro a esse respeito:

A condição *sine qua non*, segundo o Observador Constitucional, para um indivíduo receber qualquer título no Brasil, deveria ser buscada na ignorância e na mandonice: “[...] um fulano chama-se João, vem lá um despacho que o chama de Barão de tal: que mudanças produziu nele esse novo nome? Nenhuma. Deu-lhe nobreza? Não: a nobreza supõe uma certa genealogia... proveniente de fatos históricos ligada a um certo feudo” (CONTIER, 1979, p. 142).

Se no âmbito da nobiliarquia, as denúncias grassavam nos jornais, tampouco ficaram de fora as polêmicas em torno das disputas entre latifundiários, ciosos de seus títulos, perante a sociedade reinol: “A imprensa dos fins do Primeiro Reinado e notadamente do período regencial apresentava uma linguagem repleta de lexias com significados ligados a injúrias e polêmicas, intimamente associadas aos ataques pessoais entre famílias, coronéis, políticos profissionais e intelectuais” (CONTIER, 1979, p. 147).

As fronteiras entre o referencial e o poético sujeitam-se à diluição. Para além da estampa em jornais, como se daria a representação dos embates entre chefe e funcionários, no universo ficcional? Em *Todos os nomes*, o tratamento dado pelo superior da repartição a seus subordinados é caricato, mas verossímil:

Secamente, como sempre, o conservador respondeu, Já expôs, agora actue, e que eu não tenha de voltar a ouvir falar no assunto. O subchefe foi para a sua mesa pensar, e ao cabo de uma hora levou ao chefe o rascunho duma comunicação interna, segundo a qual o armário dos impressos passaria a estar fechado à chave, que ficaria permanentemente em seu poder como ecónomo responsável. O conservador escreveu “Cumpra-se, o subchefe foi fechar o armário ostensivamente para que toda a gente se apercebesse da mudança” (SARAMAGO, 2003, p. 33).



A cena oferece duas camadas de leitura. Por um lado, o discurso desvela a costumeira violência verbal do superior hierárquico. Por outro, provoca no leitor o sorriso irônico e superior – de quem aderiu solidariamente à personagem José –, que interpreta o episódio como denúncia dos patéticos colegas de repartição em geral.

#### 4. Artificio

Qual o sentido da palavra liberdade – descontado o ufanismo demagógico que circula nas nações mais poderosas? Acatar frases feitas, supondo uma condição modelar, implica negar a postura mais crítica, frente ao lugar-comum e à ideologia: “Na língua [...], servidão e poder se confundem inelutavelmente. Se chamamos de liberdade não só a potência de subtrair-se ao poder, mas também e sobretudo a de não submeter ninguém, não pode então haver liberdade senão fora da linguagem” (BARTHES, 2007, p. 15).

Michel Foucault também ensinou que, em determinadas instituições, o procedimento é tão ou mais importante que a verdade. Na Igreja, desde o final da Idade Média os tribunais eclesiásticos estavam mais preocupados com os efeitos da confissão que com a manutenção da fé, palavra convicta. Para o Direito, o testemunho pouco tinha a ver com a busca da verdade. O lugar e a qualidade de quem dizia, fosse perante os inquisidores, fosse diante dos juízes, tinha mais relevo que o próprio verbo.

O filósofo observou que, ao longo dos tempos, os métodos para produção de verdades foram se superando. Durante o Medievo, isso se dava por meio de inquéritos; a partir do Renascimento, a verdade fundava-se nos dados sugeridos pelos instrumentos de navegação. Desde o final do século XVIII a verdade está vinculada à experimentação científica.

Repare-se que somente no século XIX a disciplina “História” perde definitivamente o estatuto ciceroniano de “mestre da vida”<sup>10</sup> e passa a ser tratada como “Ciência”. Compreendida como saber a cargo de especialistas, convivem diferentes versões dos acontecimentos – inventariadas por numerosos autores. Desde então, a verdade é posta em questão e relativiza-se a suposta isenção no discurso historiográfico:

---

10 “Cícero, referindo-se a modelos helenísticos, cunhou o emprego da expressão *historia magistra vitae*. A expressão pertence ao contexto da oratória: a diferença é que, nesse caso, o orador é capaz de emprestar um sentido de imortalidade à história como instrução para a vida, de modo a tornar perene o seu valioso conteúdo de experiência” (KOSELLECK, 2006, p. 43).



É preciso se livrar do sujeito constituinte, livrar-se do próprio sujeito, isto é, chegar a uma análise que possa dar conta da constituição do sujeito na trama histórica. É isto que eu chamaria de genealogia, isto é, uma forma de história que dê conta da constituição dos saberes, dos discursos, dos domínios de objeto, etc, sem ter que se referir a um sujeito, seja ele transcendente com relação ao campo de acontecimentos, seja perseguindo sua identidade vazia ao longo da história (FOUCAULT, 2009b, p. 7)

Palavra também é poesia, criação. Mesmo quando sujeita a regras, etiquetas e convenções, ela comporta sonoridades, acumula sentidos e permite o questionamento do gênero em que se encerra: metalinguagem. Ela convida a que invertamos o estatuto do verbo sagrado, fazendo dele representação do caos, atribuindo ao que era predicado, adjetivo ou enfeite o estatuto de sujeito, substantivo e essência. Poder contra poder.

É fora de dúvida que cada regime possui sua escritura, cuja história ainda está para ser feita. A escritura, sendo a forma espetacularmente engajada da fala, contém simultaneamente, por uma ambiguidade preciosa, o ser e o parecer do poder, o que ele é o que ele queria parecer: uma história das escrituras políticas constituiria, portanto, a melhor das fenomenologias sociais (BARTHES, 1971, p. 36).

E qual seria a dicção das coisas inanimadas? João Cabral de Melo Neto sugere “aprender da pedra, frequentá-la; /captar sua voz inefática, impessoal” (MELO NETO, 1999, p. 338). O dado primitivo sugere um estágio bruto, inicial, a irmanar o estatuto do poeta à condição de natureza, como sugere Manoel de Barros.

Palavra dentro da qual estou há milhões  
de anos é árvore.  
Pedra também.  
Eu tenho precedências para pedra.  
Pássaro também. (BARROS, 2010, p. 477).

Mas, como poucos de nós atentamos para o alcance das palavras, resulta menor o seu impacto. Assim como ela pode ser percebida como signo de poder, o emprego apropriado dos termos implicaria o benefício do sinal de menos, em movimento de resistência, contrapoder:



Se as crianças conseguissem que seus protestos, ou simplesmente suas questões, fossem ouvidos em uma escola maternal, isso seria o bastante para explodir o conjunto do sistema de ensino. Na verdade, esse sistema em que vivemos nada pode suportar: daí sua fragilidade radical em cada ponto, ao mesmo tempo que sua força global de repressão (FOUCAULT, 2009b, p. 72).

## 5. Movimento

As palavras podem chegar através da janela do ônibus, e ainda mais frequentemente pelas microtelas dos dispositivos digitais e *smartphones*. A direção que percorrem é centrípeta: das margens do cotidiano elas invade nosso campo de visão e contagiam a percepção que temos do mundo exterior. Nesse deslocamento constante, as palavras ora ganham, ora perdem em pujança:

Toda a fala está nesse gasto das palavras, nessa espuma levada sempre mais longe, e só existe fala onde a linguagem funcione claramente como uma voração que arrancasse apenas a ponta móvel das palavras; a escritura, pelo contrário, está sempre enraizada num além da linguagem” (BARTHES, 1971, p. 31-32).

A metáfora barthesiana evoca o movimento cíclico do mar. Densa, volumosa é a água-imensidão que carrega a espuma adiante, em símile do movimento incessante da fala. Nem mesmo quando a palavra supõe o estático, pode-se ignorar o que, nela, e em função dela se movimenta. Ao descrever um aquário, João Guimarães Rosa define o objeto pelo que nele é vida: “Os peixes à baila, bocejam e se abanam, sem direito à imobilidade” (ROSA, 1970, p. 31).

Feito espuma que avança e regride, quase sempre o léxico está comprometido com as circunstâncias, pois situado histórica e espacialmente. Isso significa que, preservado um mesmo significante ao longo de séculos, pode-se acompanhar suas mudanças de sentido e, no limite, a orientação invertida do que o termo significava. As consequências podem ser decisivas, como mostrou Elias Lipiner:

Os vocábulos, no período inquisitorial, variavam de sentido pela nova convenção para o seu conteúdo conceitual, imposta por circunstâncias históricas. [...] Os autos-de-fé eram realizados sempre aos domingos. À sexta-feira que antecedia tais domingos, atavam-se as mãos dos réus condenados à fogueira para sua notificação da sentença de morte. Quando, pois, o marrano ouvia a expressão sexta-feira, ligava mentalmente tal nome não ao sexto dia da semana [...] mas antes ao momento fatídico em que eram atadas as mãos das vítimas destinadas ao sacrifício (LIPINER, 1977, p. 8).



Ora, um dos procedimentos mais eficazes de exclusão consiste no uso direcionado do vocabulário que, em tese, confirme ou retifique o lugar de uns e outros. Discursos exclusivistas baseiam-se na ótica da consequência. Por desprezar as causas que levaram os indivíduos a determinadas ideias, sentimentos e atitudes, a fala excludente ignora metade da equação e transforma o que era eventualidade em permanência.

Nessa modalidade de fala, o verbo “ser” reflete gesto compulsório, já que exprime a imutabilidade da pessoa-alvo e a presumida impossibilidade de “corrigi-la”. Fulano “é” assim; “age” desse modo”; “nutre” sentimentos ruins.

Outro exemplo. A lógica mercantil foi reintroduzida com veemência na vida cotidiana, extrapolando o âmbito das relações comerciais, pelo menos desde meados do século XX. Desde então, ela conta com um novo colorido e redobrada ênfase no consumismo. Por isso, alguns termos usados maciçamente passaram a acumular sentidos para além do previsto, como observou Viviane Forrester:

A introdução de um termo perverso, a “globalização”, termo supostamente capaz de definir o estado do mundo, mas que, na verdade, oculta-o, “englobando” em um conceito vago e redutor – sem significação real ou precisa – o econômico, o político, o social e o cultural. É um ato escamoteado a fim de subtrair tal amálgama tanto da análise quanto das constatações. O mundo real parece tragado, engolido nesse globo virtual que, por sua vez, é tomado como realidade (FORRESTER, 2001, p. 7).

No vaivém dos significados, ao gosto de interesses privados ou de uma pequena elite, acepções imprecisas adquirem estatuto de verdade inexpugnável.

Claro esteja, a palavra também instrui ou finge fazê-lo, quando mascara o prazer de comandar. De um modo ou de outro, quando se instaura o discurso do ensinamento, estamos diante da injunção: o ouvinte ou leitor é apresentado a procedimentos que favorecem a execução de determinada tarefa – confeitar um bolo, usar a medicação de modo adequado, adotar medidas profiláticas, seguir as orientações de um professor, cumprir medidas de segurança:

Como se estivesse estado todo este tempo à espera da palavra de código, da deixa, do abre-te-sésamo, ouviu-se enfim a voz do altifalante, Atenção, atenção, os internados têm autorização para virem recolher a comida, mas cuidado, se alguém se aproximar demasiado do portão receberá um primeiro aviso verbal, no caso de não voltar imediatamente para trás, o segundo aviso será uma bala (SARAMAGO, 1995, p. 102-103).



Da ficção para a memória. Em depoimento de absoluto relevo, redigido em 1947 – apenas dois anos após o fim da Segunda Guerra Mundial –, o filólogo Victor Klemperer registrou diversas operações na língua alemã, vigentes durante o período em que durou o hitlerismo: “A Segunda Guerra mostrou-nos várias vezes este fenômeno: certos termos tiveram presença marcante durante o regime nazista e parecia que nunca seriam extirpados, mas acabaram sumindo como se por encanto. Desapareciam junto com a situação que os tinha feito surgir” (KLEMPERER, 2009, p. 37).

A palavra é motivada pelos homens e circunstâncias. Ela não sobrevive à toa, desvinculada de termos correlatos; não está à solta, desmaterializada no tempo e no espaço. Portanto, não há sentido em defender a sua neutralidade e, por conseguinte, a propalada isenção do falante. A escolha lexical, a entonação e as intenções do usuário presidem seu uso.

O jargão técnico, o linguajar procedimental dos manuais, o vocabulário profissional, a gíria, traduzem tentativas vãs de estabelecer máxima objetividade por intermédio de termos específicos e fórmulas diminutas. Eis que o resultado sai do avesso: dominar um código restrito nada mais é que reafirmar o poder de falar adequadamente e granjear maior autoridade, e eventual respeito, perante os demais.

Sob o aspecto da dúvida, as assertivas podem nascer da interrogação. É o que sugerem as perguntas dirigidas por Riobaldo ao leitor:

*Explico ao senhor: o diabo vive dentro do homem, os crespos do homem — ou é o homem arruinado, ou o homem dos avessos. Solto, por si, cidadão, é que não tem diabo nenhum. Nenhum! — é o que digo. O senhor aprova? Me declare tudo, franco — é alta mercê que me faz: e pedir posso, encarecido. Este caso — por estúrdio que me vejam — é de minha certa importância. Tomara não fosse... Mas, não diga que o senhor, assisado e instruído, que acredita na pessoa dele?! Não? Lhe agradeço! Sua alta opinião compõe minha valia (ROSA, 1994, p. 7).*

*A prosa de Guimarães Rosa estabelece a palavra como território máximo das pujanças e covardias. Por meio da linguagem – que, além de moldura para o belo, também é confronto entre diferentes registros do que se diz – Riobaldo conjuga rememoração e argumento. Trata-se de narrativa aguerrida, no brilho de faca, em ponto de bala, de fala empenhada.*

*O leitor lida com o palavreado aparentemente solto do jagunço, perfazendo travessia análoga à das batalhas travadas pelas valentes personagens, sob a poeira dos cavalos ou às margens dos rios; debaixo do sol fustigante ou à sombra dos buritis. Todavia, no discurso-enxurrada de Riobaldo*



*também há lugar para intervalos e falares díspares, a traduzir a economia do verbo por parte de outros: “Medeiro Vaz era homem sobre o sisudo, nos usos formado, não gastava as palavras. Nunca relatava antes o projeto que tivesse, que marchas se ia amanhecer para dar. Também, tudo nele decidia a confiança de obediência” (ROSA, 1994, p. 35).*

Porventura alguém questionará a autenticidade da palavra e o demasiado valor que a ela se atribui. Mas, quando ilustramos seus usos, margens e desvios por intermédio da filosofia, da história e da ficção, acreditamos que há de se arranjar lugar para o substantivo em forma de acinte, para o verbo espaçoso, para o artigo que “indefine”, para o sufixo tornado nome próprio.

Sendo a palavra veículo para velhos e novos sentidos, louvemos as múltiplas formas com que ela nos abriga do lugar-comum, da frase feita, da piada pronta, do comentário inócua, da afirmação anódina, do discurso vago, da matéria paga, do trabalho por encomenda, da leitura ordinária e da conversa vazia. Salve, palavra.



## Referências

ADORNO, Theodor & HORKHEIMER, Max. **Dialética do Esclarecimento**. Tradução: Guido Antonio de Almeida. Rio de Janeiro: Zahar, 1985.

BARROS, Manoel de. **Poesia completa**. São Paulo: Leya, 2010.

BARTHES, Roland. **O grau zero da escritura**. Tradução: Anne Arnichaud; Álvaro Lorencini. São Paulo: Cultrix, 1971.

\_\_\_\_\_. **Aula**. 13<sup>a</sup>. ed. Tradução: Leyla Perrone-Moíses. São Paulo: Cultrix, 2007.

\_\_\_\_\_. **O rumor da língua**. 3<sup>a</sup>. ed. Tradução: Mario Laranjeira. São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2012.

BURKE, Peter. **A arte da conversação**. Tradução: Álvaro Luiz Hattner. São Paulo: Editora Unesp, 1995.

CASTIEL, Luis David; SANZ-VALERO, Javier; Red MeI-CYTED. **Entre fetichismo e sobrevivência: o artigo científico é uma mercadoria acadêmica?** **Cadernos de Saúde Pública**, Rio de Janeiro, 23(12), 2007, p. 3041-3050.

CHAUÍ, Marilena. **A ideologia da competência**. Belo Horizonte: Autêntica; São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2014.

CONTIER, Arnaldo Daraya. **Imprensa e ideologia em São Paulo (1822-1842)**. Petrópolis (RJ): Vozes; Campinas (SP): Editora da Unicamp, 1979.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário etimológico da língua portuguesa**. 4<sup>a</sup>. ed. Rio de Janeiro: Lexikon, 2010.

FORRESTER, Viviane. **Uma estranha ditadura**. Tradução: Vladimir Safatle. São Paulo: Editora Unesp, 2001.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. 18<sup>a</sup>. ed. Tradução: Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2009[a].

\_\_\_\_\_. **Microfísica do poder**. Tradução: Roberto Machado. São Paulo: Graal, 2009[b].

KANTOROWICZ, Ernst H. **Os dois corpos do rei: um estudo sobre teologia política medieval**. Tradução: Cid Knipel Moreira. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

KLEMPERER, Victor. **LTI: a linguagem do Terceiro Reich**. Tradução: Miriam Paulina Oelsner. Rio de Janeiro: Contraponto, 2009.





KOSELLECK, Reinhart. **Futuro passado**: contribuição à semântica dos tempos históricos. Tradução: Wilma Patrícia Maas; Carlos Almeida Pereira. Rio de Janeiro: Editora Contraponto; Editora da PUC, 2006.

LACAN, Jacques. **O mito individual do neurótico**. Tradução: Claudia Berliner. Rio de Janeiro: Zahar, 2008.

LIPINER, Elias. **Santa Inquisição**: terror e linguagem. Rio de Janeiro: Editora Documentário, 1977.

LISPECTOR, Clarice. **Água viva**. São Paulo: Círculo do Livro, 1976.

MACHADO DE ASSIS, Joaquim Maria. **Obra completa**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MELO NETO, João Cabral de. **Poesia completa**. 3ª reimp. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1999.

RÓNAI, Paulo. “Nota Introdutória”. In: ROSA, João Guimarães Rosa. **Ave, Palavra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

ROSA, João Guimarães. **Ave, Palavra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1970.

\_\_\_\_\_. **Grande Sertão**: Veredas. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SARAMAGO, José. **Todos os nomes**. São Paulo: Planeta De Agostini, 2003.

\_\_\_\_\_. **O Evangelho segundo Jesus Cristo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

\_\_\_\_\_. **Ensaio sobre a cegueira**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

SCHOPENHAUER, Arthur. **A arte de ter razão**: exposta em 38 estratégias. 3ª. ed. Tradução: Alexandre Krug; Eduardo Brandão São Paulo: Editora WMF Martins Fontes, 2009.

VANOYE, Francis. **Usos da linguagem**. Tradução: Clarisse Madureira Saboia *et al.* 12ª. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2001.